



1.6 • Conjuntura Internacional

Líbia: um lugar que clama por esperança

Francisco Xavier de Sousa

A MORTE DE KADHAFI, em 20 de outubro de 2011 em Sirte, arrastou a Líbia para um vórtice de violência, que ainda se sente. Aquela morte foi facilitada pela execução, enviada pela OTAN, da resolução S/RES/1973 de 17 de março de 2011, do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU). Essa resolução, visando a Líbia, preceituava a proteção de civis, a implantação de uma Zona de Exclusão Aérea e o embargo de armas, sendo abusivamente usada para legitimar ataques, redutores do potencial de combate de Kadhafi, tornando-o vulnerável às ações e perseguições dos seus inimigos. Hoje tem-se a certeza que a morte do tirano não trouxe liberdade, riqueza, estabilidade ou segurança à Líbia, pelo contrário transformou-a num Estado Adjetivado, fonte de preocupação mundial, acordando a discussão sobre a legitimidade e legitimação da ‘responsabilidade de proteger’, e da pertinência das intervenções obedecerem ao conceito de “prevenção, reação e reconstrução” (R2P). Entretanto, a Líbia degrada-se, sendo pasto da guerra civil fragmentada.

Uma radiografia da Líbia atual

O Conselho Nacional de Transição, gerado em 27 de fevereiro de 2011, reconhecido pela ONU em 15 de julho do mesmo ano, como único representante legítimo da Líbia, e reconhecido por Portugal, em 28 de julho de 2011, ao assumir os destinos do país, viu-se a braços com uma herança *kadhafiana*, caracterizada pela falta de estruturas políticas, judiciais e estatais capazes. Tal deveu-se, entre outras razões, à existência de uma sociedade fraturada e multi-nuclearizada em torno de cerca de 140 tribos; à inexistência de forças armadas estruturadas; à segurança interna ser garantida por milícias, que tinham combatido Kadhafi. Contudo, ao passar a responsabilidade do poder para o Congresso Nacional Geral (CNG), eleito em 7 de julho de 2012, verificou-se que não tinha conseguido qualquer melhoria. Na verdade, faltando capacidade de integração das milícias nas forças armadas ou na estrutura policial do país, nem se conseguiu estruturar o Estado. A inexistência de forças armadas e de órgãos de polícia capazes levou o CNG a confiar a segurança líbia aos grupos armados existentes, impondo-se a lei das milícias, em vez da lei do Estado.

Em 25 de julho de 2014, em eleições contestadas pelo CNG, e com uma afluência às urnas inferior a 41%, de reduzida expressão, foi eleito um Conselho de Deputados (CD). Constituído por uma maioria de deputados secularistas e independentes, simbolizava a derrota dos islamistas e do Partido da Justiça e Construção, afeto à Irmandade Muçulmana. Aqule Conselho e o Governo que resultou dessas eleições, mereceram, até ao fim de 2015, o reconhecimento internacional. Porém, o CNG nunca o reconheceu, rodeando-se de grupos islâmicos armados, como o *Libya Shield Force* e o *Libya Revolutio-*

nairies Operativos Room, para garantirem a sua segurança e continuidade, mantendo-se em Trípoli e forçando o CD a ‘exilar-se’ em Tobruk. A Líbia passou, assim, a ter um governo em Trípoli e outro em Tobruk. A partir daí, assistiu-se a uma espécie de ‘guerra por procuração’ sunita, pois o CNG acusou os Emirados Árabes Unidos, o Egito e a Arábia Saudita de apoiarem, até militarmente, Tobruk, e o CD acusou a Turquia e o Qatar de apoiarem o governo de Trípoli.

“
A Líbia passou a ter três governos: dois em Trípoli (CNG e o GCN) e um em Tobruk.

Em 6 de novembro de 2014, o Tribunal Supremo da Líbia declarou inconstitucional a emenda número sete, de março de 2014, à Declaração Constitucional de 2011, tornando ilegal o parlamento e o governo exilados em Tobruk. Considerando-se eleito em sufrágio pelos líbios, o CD não acatou a decisão desse Tribunal, acusando-o de a ter tomado sob a mira de armas.

A ONU, através da sua Missão de Apoio na Líbia (UNSMIL), com mandato renovado em 13 de junho de 2016, para se manter operacional até 15 de dezembro deste ano, tem procurado o consenso político, sem o conseguir. A agravar o complexo interno líbio, surgiu em Marrocos, em 17 de dezembro de 2015, um outro ‘governo’, por acordo das fações com assento no Diálogo Político, apoiado pela União Africana e a Liga Árabe. Esse novo ator políti-

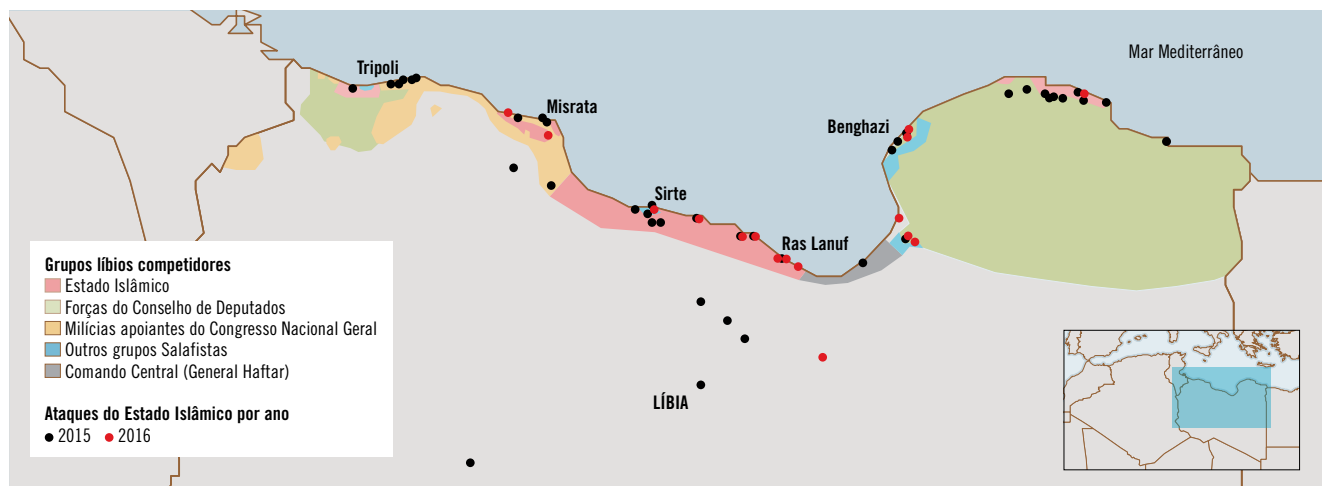
co, nomeado Governo de Consenso Nacional (GCN), foi reconhecido pela ONU em 2015 no Comunicado de Roma (resolução S/RES/2259) em 23 de dezembro, reconhecendo-o como o único representante legítimo da Líbia, e reiteradamente recomenda aos seus membros que não estabeleçam diálogo com outro qualquer ator para além do GCN. Posteriormente, cerca de cem membros do CD assinaram uma declaração de apoio ao GCN, com dois votos contra. Porém, 188 membros desse Conselho negaram-se a investir o GCN, talvez devido ao impasse gerado em torno de quem iria tutelar a pasta da Defesa. O ‘governo’ de Tobruk, apoiado pelo General Haftar, que tem tido preponderância na luta contra as milícias *jihadistas* apoiantes do governo de Trípoli, queria assegurar o futuro dessa personagem, o que não foi garantido pelo GCN. Em 16 de maio de 2014 lançou a Operação Dignidade, contra grupos armados islamitas, em Bengazi, e em 28 de dezembro de 2014, lançou ataques aéreos contra o grupo armado *Libya Dawn*, em Misrata, por este ter destruído um terminal petrolífero do Golfo de Sidra. Nos últimos tempos, o General Haftar tem conquistado importantes instalações petrolíferas, que se encontravam nas mãos de grupos extremistas, o que lhe confere protagonismo, levando-o em 28 de setembro de 2016 a afirmar publicamente que rejeita um governo intermediado pela ONU e que o país estaria melhor regido por um líder com elevada experiência militar. O petróleo representa cerca de 95% dos proventos líbios e 65% do seu Produto Interno Bruto. Apesar da sua venda estar a ser controlada pelo Painel de Peritos do Comité de Sanções da Líbia, para que não haja financiamentos ilícitos das milícias e do terrorismo, as infra-estruturas petrolíferas são importantes para a economia do país.

UM COMBATE AO NÉVUS DO TERRORISMO

A Líbia tem sido um ‘jardim de retaguarda’ para alguns combatentes do Estado Islâmico (EI) que, acaçados na Síria e no Iraque, encontram ali uma base para continuarem a sua luta apocalíptica, surgindo como um *névus* cancerígeno, próprio do terrorismo, que exige ser extirpado. Grupos líbios, como o *Majlis Shura Shabab al-Islam*, originário de Derna, e detetados em Beyda, Benghazi, Ajdabiya, Abugrein, Sirte e Misrata, têm jurado fidelidade ao EI.

Em 19 de novembro de 2015 a ONU (relatório S/2015/891) estimava que o EI teria cerca de dois a três mil combatentes na Líbia, tendo sido atacados os complexos petrolíferos de Marsa, Al-Brega, Ras Lanuf e Es Dider. Em Sirte têm sido reportadas execuções públicas, exigências sobre o uso de roupa feminina, como o *bijab*, e outros preceitos da *Sbaria*.

O combate ao EI tem sido feito pelo GCN e parecem nele estar envolvidas forças especiais francesas e dos EUA. Em 20 de julho de 2016 as autoridades francesas confirmaram a morte em Benghazi, de três dos seus militares, relacionando-se a sua presença com o combate ao EI. Tal acidente levou o GCN a rejeitar a intervenção e interferência da França na Líbia. Os EUA têm feito ataques aéreos e de forças especiais, especialmente em Sirte, e a pedido do GCN, como foi assumido, em 1 e 12 de agosto de 2016, pelas autoridades americanas. O líder do GCN, Fayeze al-Sarraj, em 10 de agosto pediu publicamente à comunidade internacional, o apoio à Líbia na luta contra o EI. A atuação dos EUA faz-se ao abrigo da resolução aprovada pelo seu Congresso, em 14 de setembro de 2001, denominada Autorização para o Uso da Força Militar, que permite ao seu Presidente usar toda a força necessária e apropriada contra quem participe ou auxilie em ataques terroristas, inclusive quando abriguem terroristas. Esta resolução está, atualmente, a cativar a atenção nos EUA, devido às próximas eleições presidenciais.



Grupos competidores na Líbia.

Fonte: Dominic Bailey, D. & Saeed, A (2016), Control and crucifixions: life in Libya under IS. BBC News, disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35325072>

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2016	90	7	258	611	1.130	388	208	40	341	390			3.463
2015	67	336	53	1.133	95	4	206	652	76	163	8	1	2.794
2014	0	9	1	50	329	314	864	616	813	118	18	54	3.186
Total	157	352	312	1.794	1.554	706	1.278	1.308	1.211	281	26	55	9.443

Mortes ocorridas na travessia da rota central do Mediterrâneo.

Fonte: Missing Migrants Project, disponível em <http://missingmigrants.iom.int/mediterranean>

Em 30 de março de 2016, sete dos nove elementos do Conselho Presidencial do GCN, chefiado por Al Sarraj desembarcam em Trípoli, vindos da Tunísia, sob contestação do CNG e do CD. O CNG, em Trípoli, declarou em 5 de abril de 2016 a sua intenção de entregar o poder ao GCN, mas o seu líder Khalifa Ghweila deu um passo atrás, recusando essa cedência. Já o 'governo' de Tobruk declarou ser precipitada a chegada desse Conselho Presidencial, e que o povo líbio não podia aceitar uma "solução de força". Assim, a Líbia passou a ter três governos: dois em Trípoli (CNG e o GCN) e um em Tobruk (CD), só sendo reconhecido pela ONU o GCN. Este tem recebido o apoio da comunidade internacional, de algumas milícias líbias e de algumas cidades do oeste, como Sabratha, Zuwara e Zawiyā. No entanto, Al Sarraj tem procurado consensos internos, para congregar as tribos, as milícias e as facções políticas que emergiram após Kadhafi, visando garantir a estabilidade e a segurança interna. Neste campo, reveste-se de crucial importância a luta contra a criminalidade e as facções *jihadistas*, nomeadamente o, vulgo, Estado Islâmico. As evoluções dos esforços de Al Sarraj acaloram esperança sobre o futuro próximo, no nível político, securitário e de estabilização. Essa esperança sai reforçada pela remoção, em 30 de agosto de 2016, de cerca de 500 toneladas de armas químicas líbias, embarcadas em Misrata, e a sua neutralização na Alemanha. Essa operação foi coordenada pela Organização para a Proibição das Armas Químicas e pela ONU, apoiada pela sua resolução S/RES/2298 (2016), de 22 de julho, e com a colaboração do Canadá, Finlândia, França, Itália, Malta, Espanha, Reino Unido, Dinamarca e EUA.

Um espinho no pé da Europa

A Europa também é responsável pelo que se vive na Líbia. Ao deixar, nos eventos de 2011, o protagonismo à OTAN, a União Europeia (UE) assistiu *sentada na plateia* à atuação num espaço de interesse estratégico que é o seu. É verdade que países da Europa

atuaram na Líbia, no âmbito da OTAN. Porém, atuaram combatendo, reduzindo o potencial de combate de Kadhafi, sem se preocupar em acautelar a proteção do povo líbio no futuro próximo, nem de reconstruir o seu Estado. A OTAN, depois da morte de Kadhafi apressou-se a retirar, talvez para evitar que a apelidassem de 'ocupante', mas sem acautelar o futuro da Líbia. Tivesse a UE assumido responsabilidades neste processo e talvez a Líbia não estivesse hoje na situação de Estado Adjetivo. Encontra-se num impasse político, havendo no seu espaço ações militares perigosas, em que os civis têm sido as principais vítimas, como admitiu, publicamente, o enviado da ONU para a Líbia, Martin Kobler, em 27 de setembro de 2016. Essas vítimas potenciam a pressão da emigração com destino à Europa. A própria ONU, pela voz da Vice Alta Comissária para os Direitos Humanos, Kate Gilmore, em 28 de setembro de 2016 solicitou uma maior intervenção da UE, para uma melhor gestão da migração líbia.

A Europa hoje sente no pé o *espinho* que gerou. A Líbia converteu-se numa estrada de duplo sentido, utilizada pelo crime organizado, o terrorismo, a migração ilegal, a economia cinzenta, ou pelos diversos tráficos, mormente de pessoas, drogas e armas. A migração ilegal é um dos dramas que afeta a Europa. A migração, em si, até pode beneficiar uma Europa envelhecida, sequiosa de quem alimente, pelo tributo sobre o seu trabalho, os fluxos sustentadores das seguranças sociais. Porém, a migração ilegal transporta para a Europa o crime organizado, as condições desumanas, os tráficos e o terrorismo. Além de tudo, o Mediterrâneo, após 2011, através da rota central de migração, tem sido um cemitério profundo. O Coordenador Humanitário para a Líbia, o senhor Ali Al-Za'tari, tem apontado o dedo à comunidade internacional, por muito do que ocorre naquela rota, como aconteceu em 16 de abril de 2016, ao se constatar que morreram, ao largo da Líbia, cerca de 500 pessoas, no que pode ter sido uma das maiores tragédias no Mediterrâneo.

Parte da imigração ilegal ocorre para se fugir à violência das milícias e grupos *jihadistas*. Estes têm provocado o terror, através de execuções públicas, crucificações e sequestros, em várias localidades da cintura denominada Crescente Petrolífero, em especial em Sirte, cidade de onde já fugiram mais de noventa mil cidadãos. Martin Kobler, em 13 de setembro de 2016, pediu a suspensão imediata das ações militares nesse Crescente, por provocar a instabilidade e fraturas no país, colocando em causa recursos naturais líbios.

O GCN tem combatido esses grupos, em Sirte e noutros lugares, onde falta o básico para a vida diária. A ONU solicitou, recentemente, quase onze milhões de dólares americanos para apoiar cerca de oitenta mil habitantes de Sirte, cidade que, estima-se, tem o maior efetivo do Estado Islâmico, excluindo a Síria e o Iraque. Os movimentos de população gerados por essas ofensivas têm trazido carências crescentes de apoio de emergência, de proteção e de estabilização o que, num ambiente de carência geral, tem provocado ensejos em cidadãos de encontrarem destinos mais seguros. Só em Sirte, em setembro de 2016, mais de 75% dos habitantes foram obrigados a abandonar a cidade, devido aos combates, que provocam elevadas baixas. Já em Bengazi, são os engenhos explosivos improvisados a principal causa de morte cega de civis.

Os combates colocam o património cultural igualmente em perigo. Em 14 de julho de 2016, a UNESCO colocou os locais históricos de Cirene, Tadrart Acacus, Cidade Velha de Ghadamés, Leptis Magra e Sabratha na lista de Património Mundial em Perigo, apelando à sua proteção das pilhagens e destruição. Estes factos têm provocado sofrimento nos líbios, sentindo a Europa urgência em olhar para a Líbia. ■